

Militantes e assessores: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura

José Ricardo Ramalho e Neide Esterci*

Resumo: A partir de entrevistas com um conjunto de atores engajados em atividades de assessoria e formação política junto às classes populares, no período da ditadura civil-militar brasileira, o texto pretende mostrar como eles se constituíram em um núcleo intelectualmente consistente de resistência, ao buscar uma conexão direta com trabalhadores e movimentos sociais, e aliar ao trabalho de assessoria, um perfil de boa formação profissional, opção política e postura militante. As trajetórias revelam forte ligação com setores progressistas das igrejas – católica e protestantes – e com organizações de assessoria não governamentais, voltadas para o trabalho de formação política.

Palavras-chave: assessoria; formação política; educação popular; classe trabalhadora.

Abstract: From interviews with a group of political militants, connected to activities of political advising and formation with the working-class during the civil-military Brazilian dictatorship, this article intends to discuss the trajectories of those militants that became an intellectually consistent nucleus of political resistance to authoritarianism. The article shows how these militants established a direct relationship with workers and social movements, through an advising activity that put together a good professional background and a clear political and militant position. The trajectories also reveal a strong connection with progressive sectors of the churches – Catholic and Protestants – and with nongovernmental organizations of advising to political formation.

Keywords: political advising; political formation; popular education; working-class.

Na resistência política à ditadura civil-militar brasileira, identifica-se um conjunto de ações e de práticas cujos autores apostavam no trabalho de transformação social de mais longo prazo, envolvendo o engajamento junto às classes trabalhadoras, de modo a fazê-las protagonistas da história. A perspectiva de se “voltar para o povo”, de valorizar o “saber popular”, que se politizou na conjuntura conturbada do início dos anos 1960, embora interrompida em 1964

* Do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ e pesquisadores do CNPQ e da Faperj. Contato: joserickardoramalho@gmail.com e esterci@uol.com.br.

pelas forças mais conservadoras do país,¹ continuava sendo, para importantes grupos de pessoas que se dedicavam a atividades de assessoria e formação, uma referência fundamental de militância política.

Neste texto, tendo por base entrevistas realizadas em 2013, com um elenco representativo desses militantes,² pretende-se ressaltar alguns dos principais atributos e orientações comuns a essas pessoas que constituíram um núcleo consistente de contestação ao regime, buscaram uma conexão com trabalhadores e movimentos sociais, aliando um perfil de boa formação profissional com um trabalho de apoio direto a esses movimentos.

Os relatos abordaram situações e experiências ocorridas, principalmente, no decorrer das três décadas que vão do início de 1960 até o final dos anos de 1980, quando entrou em vigência a nova Constituição e realizou-se a primeira eleição direta para presidente, no pós-1964. A intenção foi abarcar os contextos marcados por maior repressão e restrição das liberdades de expressão e de organização. Como também identificar nesses relatos elementos indicativos das fontes de motivação e inspiração militante: fossem elas de origem familiar, do universo de ensino e educação, oriundas de propaganda política, vindas de entidades religiosas ou resultado de conjuntura nacional e/ou internacional marcada pelo surgimento e ascensão de novos ideais.

Foi proposital a escolha de atores que, sendo do campo da esquerda, recusaram a opção de luta armada e acreditaram em um tipo de organização popular que se constituiria sob o controle e liderança dos próprios trabalhadores no seu processo de emancipação. Esses militantes e assessores haviam, pois, feito opção pelo trabalho de “retaguarda política”, ora vinculados a grupos clandestinos de esquerda, ora vinculados a setores progressistas das igrejas e a organizações de assessoria e formação política criadas no período ditatorial.³

O incentivo para revisitar esses militantes veio em grande parte do atual contexto de abertura política e da dinâmica do processo de recomposição da vida institucional do país: com o funcionamento de comissões da verdade em várias instâncias federais, estaduais e municipais, acionadas para a apuração e a revisão da história daqueles anos; e, sobretudo, com o sentimento da necessidade de recuperar para registro, além dos fatos, as atividades e os perfis de parte daqueles que atuaram na resistência à ditadura. Por ocuparem a “retaguarda” e não terem sido ainda devidamente conhecidos e/ou reconhecidos. O convívio com muitos desses personagens no espaço das organizações de assessoria ao movimento social, das igrejas e das universidades nos fez ver que era preciso resgatar sua presença nas lutas de então.

Ao recolher, através de entrevistas, relatos orais das experiências de militantes, supomos como Pollak, que histórias de vida são apenas o “resumo condensado” de histórias sociais individuais, que podem ser apresentadas de

1 Segundo Reis, “não é à toa que cada vez mais gente fala em uma Ditadura Civil-Militar, não apenas uma Ditadura Militar. A noção de uma Ditadura Militar foi criada logo depois do golpe pelas esquerdas [...]. Era um recurso político legítimo na época, porque a gente queria isolar a ditadura. Fingíamos ignorar os apoios que ela tinha no mundo civil e a designávamos de militar”. REIS, Daniel A. As conexões civis - entrevista ao jornal *O Globo*, realizada por Leonardo Cazes. Rio de Janeiro, *O Globo*, 15 de fevereiro de 2014, p. 3.

2 O resultado final desse material será um livro, organizado por nós, que trará na íntegra os relatos e trajetórias de vida desse grupo de militantes e assessores. Este trabalho é também um desdobramento de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos autores que contam com o apoio do CNPQ e da Faperj.

3 Sobre o papel das organizações de assessoria e formação, ver ASSUMPÇÃO, Leilah Landim. *A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese (Doutorado), IUPERJ, 1993.

muitas formas, dependendo do contexto no qual são relatadas, e que, nas variações de uma história de vida, seja individual ou coletiva, haverá sempre o cuidado por parte dos entrevistados para que os critérios de “coerência e continuidade”, de “credibilidade” e “sentido de identidade” estejam assegurados.⁴

De fato, como sugere Eclea Bosi, a memória atende ao chamado do presente, e para usá-la temos “que transpor muitas vezes” a distância temporal entre o fato narrado pela testemunha e o acontecido.⁵ Trabalhar com relatos autobiográficos ou histórias de vida, como é nossa proposta, implica um exercício de interpretação e tomada de precaução, em virtude dos pressupostos contidos nas narrativas. Compreender os relatos de vida implica sempre a perspectiva da vida como um trajeto, como um percurso que tem começo e fim – no sentido de finalidade.⁶

Optamos por tratar da experiência de militância, a partir de relatos orais, autobiográficos, de pessoas que incorporaram tais experiências a suas histórias de vida. Lidar com tais relatos não é tarefa simples, como alertam Araújo e Santos, quando falam da “diversidade dos caminhos – de volta – ao passado”, e o quanto todos eles são permeados por tensões e disputas.⁷ Pollak, referindo-se a memória, história e esquecimento como experiências necessárias, enfatiza o caráter seletivo, de tensão, “conflitos e disputas, em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade” e identifica nesse processo “verdadeiras batalhas da memória”.⁸

O contexto

81

A parte das trajetórias de nossos entrevistados mais enfatizada nos relatos transcorre na conjuntura política marcada pelo autoritarismo do regime implantado em 1964, já que as relações construídas junto com as classes populares nos anos anteriores ao golpe haviam sido atingidas pela repressão às organizações sindicais e pela perseguição e prisão de seus líderes, no campo e na cidade.⁹

Campanhas civis e militares foram feitas para se opor à esquerda e ao trabalhismo do governo de João Goulart e, no contexto internacional de “guerra fria”, foi articulada a tomada ilegítima do poder, justificando-se essas ações pelas ameaças representadas pelo comunismo e pela transformação do Brasil em uma “república sindicalista”. Como afirma Dreifuss, eles eram componentes de uma “elite orgânica dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados [...], objetivamente, transformando o aparelho do Estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia”.¹⁰

4 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989, p. 4-5. Halbwachs já havia compreendido que embora toda história de vida, ou memória autobiográfica faça parte da história em geral, esta última não representa o passado a não ser de uma forma resumida e esquemática, “enquanto que a memória (do biografado) nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso”. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 55.

5 ECLEA BOSI – entrevista. *Revista Dispositiva*, n° 2, 2012. Belo Horizonte: Puc-Minas, 2012.

6 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina P. Baptista de Figueiredo; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

7 ARAÚJO, Maria Paula; SEPÚLVEDA DOS SANTOS, Myrian. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 79, Coimbra, 2007, p. 95-111.

8 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, 1992, p. 200-212.

9 Segundo Fausto, “nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e prisão de dirigentes sindicais. As intervenções visaram, em regra, os sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de cinco mil membros”. Mas a repressão ocorreu também no campo, principalmente dos trabalhadores das Ligas Camponesas, além dos estudantes da UNE, que em seguida ao golpe, tiveram sua sede destruída. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 467.

10 Para Dreifuss, “apesar da administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos da

O momento democrático vivido entre os anos de 1945 e 1964, intervalo entre duas ditaduras (1937-1945 e 1964-1984), havia sido importante na história do país: os trabalhadores e suas organizações tiveram um crescimento expressivo e passaram a exercer um papel de destaque na vida política;¹¹ a ação sindical se fortaleceu, tanto em termos de organização quanto em termos de manifestações públicas sob a forma de greves de grande porte, que tomaram as ruas nos anos 1950 e 1960; temas novos, como custo de vida, desemprego, inflação, passaram a fazer parte da pauta política dos trabalhadores da cidade e do campo.

A intervenção autoritária do Estado nas instituições de representação dos trabalhadores significou, porém, um grave recuo das atividades sindicais e muitos obstáculos foram impostos à militância política. A esquerda, então, teria se dividido no pós-golpe: de um lado, os “moderados” que “preferiram empenhar-se na luta pela redemocratização do país, nas margens da lei (...), à sombra das lideranças e das forças políticas que ainda podiam se articular no *país legal*”; e, de outro lado, os “radicais” que propunham “uma ofensiva revolucionária contra a ditadura através de insurreições de massa ou da luta armada”.¹²

Com a edição do Ato Institucional nº 5 em 1968 e o fechamento do regime, setores da esquerda fizeram opção pela luta armada, mas naquele contexto, segundo Ridenti, “organizações clandestinas de peso, como a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mantiveram-se críticas à alternativa armada tal qual era desenvolvida – no caso do PCB, por ser contra qualquer luta armada naquelas circunstâncias”; e, no caso da AP, por ter como objetivo a organização de “uma revolução armada” que, por necessitar de “apoio consistente de massa, não chegou a ser posta em prática”.¹³

Foi somente na segunda metade dos anos 1970, com o fim dos confrontos armados, que as esquerdas passaram a se empenhar na construção de uma frente democrática de resistência à ditadura, adotando uma plataforma de luta pelas liberdades democráticas e uma política de alianças que iam ao encontro de “setores mais moderados da oposição, tendo como objetivo ampliar o movimento da sociedade civil contra a ditadura militar”.¹⁴ Foi este contexto, segundo Perruso, que levou militantes a investir no trabalho de base junto aos setores populares.¹⁵ Entre os atores mais importantes desta luta política, estavam segmentos da Igreja Católica que adotaram “posturas de luta contra o arbítrio, em apoio aos trabalhadores, aos camponeses, aos estudantes e, em muitos casos, envolvendo-se diretamente com as lutas populares e os movimentos sociais de oposição”.¹⁶

política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não militares, é bastante notável. “[...] Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou na melhor das hipóteses, de tecno-empresários”. DREIFUSS, René A. 1964: *a conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981, p. 417-419.

11 RAMALHO, José Ricardo. Sinais de mudança no sindicalismo brasileiro: o significado das greves de 1968 em Contagem e Osasco. In: FICO, Carlos, ARAÚJO, Maria Paula (orgs.). 1968 - 40 anos depois - História e memória. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2009, p. 131-149.

12 REIS, Daniel A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 42-3.

13 RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS; RIDENTI; MOTTA (orgs.). *O golpe e a ditadura militar*, p. 58.

14 ARAÚJO, Maria Paula. Lutas democráticas contra a ditadura. In: REIS; RIDENTI; MOTTA (orgs.). *O golpe e a ditadura militar*, p. 323-324.

15 PERRUSO, Marco A. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.

16 ARAÚJO. Lutas democráticas contra a ditadura, p. 338.

Essa leitura da realidade é confirmada amplamente pelos relatos de nossos entrevistados, que a todo instante se referem ao amparo institucional proporcionado pela Igreja e à possibilidade por ela aberta para o trabalho junto às classes populares. Esse movimento, segundo Löwy, constituiu-se “sob a forma de uma rede que ultrapassava os limites da Igreja como instituição” e congregava cristãos que partilhavam a “opção prioritária pelos pobres”. Para o autor, este chamado “cristianismo da libertação” incluía “uma prática social emancipadora, novas formas de prática religiosa, e uma reflexão espiritual (mais tarde teológica), que explicam o conflito entre a Igreja e o regime militar”. E explicaria, a partir de 1978, um novo movimento dos trabalhadores da cidade e do campo e o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que contaram com a participação de militantes e quadros dirigentes vindos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do trabalho pastoral.¹⁷

As dificuldades pelas quais passaram militantes e assessores para ter um contato mais direto com os trabalhadores podem ser explicadas pelo fato de o regime civil-militar ter mantido os sindicatos sob a tutela do Estado, e geridos, em um primeiro momento, por interventores apontados pelo Ministério do Trabalho e posteriormente por dirigentes ligados ao regime. Uma boa parte das lideranças teve que se ocultar para não desistir de atuar no meio sindical, vários trabalhadores sofreram perseguição ou mesmo foram presos por suas opções políticas.

Tal situação foi responsável pela desarticulação de atividades de resistência que vinham sendo desenvolvidas na cidade e no campo, levando à necessidade de empenhar esforços na construção de outras estratégias, mais tímidas e muitas vezes utilizadas clandestinamente, para driblar os mecanismos de dominação de classe, presentes nas fábricas e nas fazendas. Mas, gradativamente, em muitos casos à revelia da própria instituição sindical, a resistência política dos trabalhadores foi se afirmando.

Em 1968, dois movimentos grevistas surpreenderam as forças do regime, pelo nível da organização de base e pela boa articulação da contestação: o dos metalúrgicos de Contagem (MG) e o de Osasco (SP). Embora oriundos de tradições políticas diferentes, eles representaram, por sua luta, o embrião do sindicalismo militante que viria a se firmar a partir de 1978 no ABC paulista. Entre as principais características desses dois movimentos estavam a organização clandestina no local de trabalho, a ação de grupos de esquerda e a postura autônoma e crítica à legislação trabalhista autoritária.

Embora a repressão às atividades sindicais não tenha arrefecido após as greves de 1968, tornando-se, ao contrário, mais sistemática e violenta, a resistência “miúda” dos trabalhadores nos espaços fabris das principais regiões industrializadas do país passou a ser o outro modo possível de enfrentar a aliança entre o empresariado e o Estado autoritário. A censura à liberdade de expressão impedia a divulgação dos diversos conflitos que ocorriam nesses espaços, mas relatos das paralisações e notícias de operações de boicote à produção, realizadas pelos trabalhadores, acabavam vindo a público através de boletins sindicais, revistas e dossiês disseminados por uma “retaguarda política” organizada por entidades de assessoria ao movimento popular, ou através das Pastorais Operárias, e demonstravam que a resistência operária continuava na luta por liberdade sindical

17 LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo, REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 411.

e melhores salários, mesmo sob as condições bastante adversas que persistiam.

Naquele momento cresciam os conflitos no campo, face aos processos de expropriação do campesinato, intensificando-se nas novas áreas de fronteira, especialmente na região Amazônica, em virtude de políticas governamentais que resultaram em avanço das frentes de expansão. Houve também um aumento no número de delegacias, sindicatos e federações rurais, que desde o início dos anos de 1960, se articulavam através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Movimentos sociais se multiplicaram por todo o país em ações de luta por terra: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, finalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior e mais forte deles.

Mesmo com a repressão, tanto os movimentos de luta por terra, quanto o sindicalismo rural mais centrado nas lutas trabalhistas, ganharam força nas décadas seguintes. Emergiram lideranças combativas que se opunham à usurpação de terras e à negação de direitos, e revoltavam-se contra o recurso sistemático a assassinatos de trabalhadores que ocorriam nas áreas rurais e periferias urbanas. Diante de tais agressões, foram muito importantes as manifestações de apoio e solidariedade das Igrejas.¹⁸ Militantes e assessores envolveram-se nesse processo através da formação de quadros, de atividades de educação popular e produção de material escrito para denúncias sobre as condições de trabalho e contra a violência por parte dos proprietários de terra.

O grupo de nossos entrevistados tinha inserção na esquerda crítica ao PCB e se alinhava majoritariamente aos setores da esquerda próximos aos movimentos da Igreja Católica. O papel dos leigos e de suas organizações – Ação Católica, JUC etc., segundo Löwy, compuseram um movimento importante e foram, na verdade, “os primeiros a se interessarem pelo marxismo e a buscar novas formas de ação social”.¹⁹

Desde os anos 1960, de acordo com Araújo, organizações católicas de tendência esquerdista envolveram-se com a luta política no país. A própria criação da “Ação Popular – AP (que mais tarde se tornaria a Ação Popular Marxista Leninista – APML)”, foi derivada “de grupos católicos, tais como a JUC (Juventude Universitária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica)”. Para a autora, no período 1974-1985, tal relação teria se acentuado “em alguns setores da igreja, especialmente através das comunidades eclesiais de base (CEBs) e do trabalho das pastorais”.²⁰ Ridenti, citando um ex-dirigente da AP, afirma que eles mesmos se admitiam como “resultantes de um processo com profundas raízes sociais [...]. E, no Brasil, até 64, uns 90% dos militantes políticos, ou eram católicos, ou tinham pai e mãe católicos, tinham saído do cristianismo”.²¹

18 Sobre esta temática, ver entre outros, CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp/NEAD, 2010; FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde S. de, PAULILO, Maria Inês (orgs.). Introdução - a diversidade das formas das lutas no campo. In: *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dielmas e conquistas - vol. 2*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009; GARCIA JR, Afranio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989; RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo dos trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde S. de, PAULILO, Maria Inês (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, vol. 2*, São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

19 LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias, op. cit., p. 415.

20 ARAÚJO, op.cit., p. 338-39.

21 RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo, REIS, Daniel (orgs.). *História do Marxismo no Brasil – partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007, p. 228.

A Ação Popular (AP), segundo Ciambarella, “surgiu para congregar o pensamento e a ação de setores da esquerda católica que reelaboravam seus caminhos, compreendendo que as mudanças políticas, sociais e econômicas se fariam pela ação e não apenas pela ‘salvação’ das almas”. Para esta autora, a trajetória da AP mudou e alternou conforme as conjunturas políticas: “de organização majoritariamente católica, assumiu, já em sua fundação, o chamado socialismo humanista. Nos primeiros anos pós-64, nova guinada a levaria a aproximar-se do castro-guevarismo, até a adesão definitiva ao marxismo, via maoísmo”.²² De acordo com o livro Projeto “Brasil: nunca mais”, a partir de 1968 a AP se aproximou do PC do B: “do alinhamento comum com as posições chinesas nasceu uma aliança entre a AP e o PC do B no movimento estudantil, que evoluiu para uma aproximação de suas estruturas orgânicas. Após um controverso e tenso processo de discussão sobre a junção das duas organizações, o PC do B terminou absorvendo em suas fileiras, em 1972, a parcela provavelmente majoritária da AP, resultando daí um potencial bem mais amplo de intervenção política à escala nacional”.²³

Segundo militantes que prestavam assessoria ao movimento popular e ao movimento sindical, a conjuntura do final dos anos 1970 teria trazido para o espaço público acontecimentos expressivos da insatisfação dos trabalhadores. Talvez, nesse sentido, é que dez anos depois de Contagem e Osasco, as greves dos metalúrgicos do ABC paulista (1978, 1979 e 1980) tenham assumido características de ruptura com a tradição sindical corporativa instituída, desde o início dos anos de 1930, sob a tutela do Estado. Esta a razão de terem sido saudadas como “novo sindicalismo”. A reorganização do movimento sindical em plena ditadura foi atribuída por Rodrigues à emergência de uma nova geração de dirigentes sindicais não vinculados ao esquema político comunista-petebista, anterior a 1964, e nem às organizações políticas de esquerda, mas associada a um movimento à esquerda, de setor da Igreja Católica com “opção pelos pobres” e com proximidade com os movimentos populares.²⁴

Entre as principais características atribuídas ao “novo sindicalismo”, afirma Cardoso, destaca-se a postura crítica à estrutura sindical corporativa embora seus militantes estivessem organizados em “sindicatos oficiais”; a estratégia de se voltar para dentro das fábricas no trabalho de organização; de promover uma ampliação das pautas de reivindicação nas negociações coletivas, incluindo demandas de organização por locais de trabalho; e de manter certa distância da política partidária, em um primeiro momento, numa negação explícita da relação sindicatos/partidos característica do populismo.²⁵

Os eventos promovidos pelo “novo sindicalismo”, além do expressar contestação à ditadura, também surtiram efeitos no sentido de promover a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. A Central desempenhou um papel importante na condução das lutas dos assalariados, e na avaliação de Jácome Rodrigues, sua emergência pode mesmo ser considerada como “expressão da luta por direitos de cidadania para amplas camadas das classes trabalhadoras”, e, mais que tudo “se firmou como um ator político importante” para os desdobramentos do processo político de abertura e consolidação democrática.²⁶

22 CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia – 1964...*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 101.

23 PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS – Perfil dos Atingidos (Tomo III). Petrópolis: Vozes, 1988, p. 30-31.

24 RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr., Armando et al. (orgs.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 13.

25 CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999, p. 34-35.

26 JÁCOME RODRIGUES, Iram. *Sindicalismo e política - a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997, p. 230.

Foi nessa conjuntura de repressão aos trabalhadores (operários e camponeses), e ao mesmo tempo de mobilização de suas organizações, que os militantes e assessores, ouvidos por nós, atuaram politicamente, dedicados a fornecer subsídios para facilitar a comunicação entre trabalhadores e viabilizar a reunião de forças de resistência ao regime autoritário.

Militantes e assessores do movimento popular

A aproximação com nossos entrevistados fez-se em função da necessidade de identificar os atributos e as trajetórias daqueles que, nos anos cruciais da ditadura, se destacaram pela disposição de atuar politicamente junto aos trabalhadores, da cidade e do campo, através de um repertório variado de atividades e ações de intervenção social, mesmo correndo os riscos que a repressão policial-militar impunha.

Seu engajamento incluía experiências de assessoria voltadas à educação popular, sob inspiração do método Paulo Freire, tanto através de cursos de “análise da realidade social”; da produção de material didático e político voltado para o processo de conscientização dos trabalhadores, com vistas ao enfrentamento das desigualdades e das assimetrias de classe; como de estratégias de disseminação de propostas de valorização dos mais pobres, por via de atividades no campo político partidário e sindical. Incluía também formação de grupos de estudo e discussão de textos (teóricos, históricos e sociológicos) voltados para análise crítica de realidades sociais e do sistema capitalista.

A dezena de militantes, afinal, entrevistados (4 mulheres e 6 homens), com diferentes tipos de inserção institucional, política e profissional, atuaram em diversos e variados espaços sociais e regionais do país, engajando-se no apoio às organizações camponesas e sindicais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e junto a movimentos de bairro, sindicatos e entidades educacionais no Sudeste. Ensinarão também em escolas técnicas, moraram em bairros de periferia urbana e em comunidades rurais e, a partir de determinado momento, vieram a atuar através de entidades que foram identificadas como não governamentais, apoiadas por recursos propiciados pelas igrejas e organizações internacionais de direitos humanos.

Todos eles sofreram de alguma forma os efeitos da repressão, sendo perseguidos, e/ou aprisionados, interrogados e alguns, torturados, mantendo convicções e compromissos assumidos ao longo dos anos, e tendo suas opções apoiadas por familiares, por histórias de vida pessoais e trajetórias escolares, vocacionais e profissionais. Seus relatos²⁷ contêm referências ao estímulo aos estudos por parte das famílias, o que a formação universitária de quase todos confirma; também foi repetida a referência aos pais como pessoas preocupadas com as desigualdades socioeconômicas no mundo, dedicadas à filantropia e à necessidade de minorar as situações de injustiça social e pobreza da maior parte da população.

Com relação a formação e trajetória educacional, os entrevistados indicaram ter havido sempre da parte deles, expectativas de abertura, no espaço escolar, para tratamento de temas relativos aos problemas do mundo. Lembraram que já na faculdade a própria conjuntura política estimulava o debate e a tomada de

27 As entrevistas nas quais se baseia este texto fazem parte de um conjunto mais amplo, ainda em processo de revisão por parte daqueles que as concederam, razão pela qual não serão aqui citados nomes ou reproduzidos trechos das falas dos entrevistados.

posições de contestação ao sistema. A atividade política, mesmo antes da ditadura, já se fazia através de espaços institucionais como diretórios acadêmicos, centros de cultura e arte, produção de jornais e panfletos e recebia influências de uma esquerda que lhes era muito próxima, embora nela não tivessem se engajado. Admiravam os discursos dos colegas politizados e apreciavam o que entendiam como capacidade destes de interpretar a realidade social.

Embora não estejamos nos propondo a fazer uma abordagem de classe, as incursões feitas nas trajetórias do universo de entrevistados informam, aproximadamente, que são de famílias que classificaríamos e que são por eles mesmos classificadas como de classe média, urbana ou rural, e bem postas economicamente; entre os de área rural, há os que, mesmo começando a vida na condição de empregados, lograram tornar-se comerciantes e/ou pequenos fazendeiros; muitos deles são pertencentes a famílias de segunda geração de imigrantes vindos da Europa nas primeiras décadas do século XX.

Foi bem frequente que nossos entrevistados se referissem aos pais como pessoas bem reputadas, de famílias “honradas” e “queridas”; conservadoras politicamente, “fechadas” em termos morais, porém abertas em termos sociais – quer dizer, segundo os entrevistados, não dadas à discriminação social de qualquer tipo. Na geração dos pais, as mulheres, eram principalmente orientadas a cultivar prendas domésticas, prezando, porém sua “autonomia”; na geração seguinte, as que assim desejaram, puderam dedicar-se a construir uma profissão, via estudos – como pedagogia, assistência social, economia e ciências sociais; e os homens, eram orientados prioritariamente para a medicina, engenharia, atividades empresariais e comerciais. A entrada em instituições religiosas foi, em muitos casos admitidamente, motivada pela possibilidade de assim lograr acesso aos estudos, com cujos gastos as famílias não teriam condições de arcar – isto na geração nascida nas décadas de 1930 e 1940.

A marca da formação religiosa católica é frequente nos relatos: a Igreja aparece na história familiar e pessoal através do espírito de caridade para com os pobres, mas também é responsável pela politização que se seguiu à contestação política da conjuntura pré-1964 e, a partir de 1968, na “opção pelos pobres”, feita pela parte da igreja mais progressista. De acordo com Löwy, a “teologia da libertação” foi expressão cultural de um movimento social que apareceu no começo dos anos 1960 e que incluiu “setores significativos do clero – padres, freiras, ordens religiosas, bispos -; dos movimentos religiosos leigos, como a Ação Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC); das Comissões Pastorais, como a Justiça e Paz, a Pastoral da Terra, e a Pastoral Operária, e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)”.²⁸

Boa parte de nossos entrevistados estava na universidade no período ditatorial quando se envolveram em atividades políticas de contestação da ordem, impulsionados por ideais de transformação. Nesse contexto, a mensagem político-ideológica do discurso marxista revelou-se mobilizadora e adequada à organização do pensamento político e à compreensão e organização intelectual do mundo no sentido da mudança.

A Igreja Católica progressista abria-lhes espaço de indagação, discussão e contato mais próximo entre iguais e interclasses, e o marxismo oferecia-lhes uma chave de ruptura e compreensão do mundo, a porta para elaboração de um ideal de reorganização das relações sociais. Era ainda, segundo Löwy, um marxismo marcado

²⁸ LÖWY, op.cit., p. 411-412.

pela radicalidade de seu anticapitalismo e com forte conotação ético-religiosa: o sistema é rejeitado como perverso, como “estrutura monstruosa, baseada em todos os tipos de abusos, explorações e crimes contra a dignidade humana”.²⁹

Para Löwy, a descoberta do marxismo pela esquerda cristã não foi um processo puramente intelectual via universidade, mas o encontro com a realidade da pobreza. Para se opor a ela era necessário superar os limites da visão caritativa tradicional, e compreender suas causas. Como observou o autor:

A grande maioria dos militantes de base do cristianismo da libertação provavelmente nunca ouviu falar em Marx, mas isso não impede que em sua cultura político-religiosa se encontrem, mais ou menos diluídos, temas e conceitos do marxismo. Evidentemente se trata de uma integração seletiva: são rejeitados elementos como o ateísmo materialista e assimilados outros como a crítica ao capitalismo [...] e ao poder das classes dominantes, a inevitabilidade do conflito social e a perspectiva da auto-emancipação dos explorados.³⁰

Para Löwy, quando os bispos condenam, em nome da ortodoxia católica, as opções da JUC, boa parte de seus quadros forma, em 1962, a Ação Popular (AP), movimento político-confessional dedicado à luta pelo socialismo que terá bastante sucesso, mas, depois de várias crises, dez anos mais tarde, boa parte de seus militantes acabará por aderir ao Partido Comunista do Brasil (então maoista).³¹ Segundo Ridenti, “outro fator decisivo para os dirigentes de esquerda da JUC fundarem a AP [...] foi a necessidade de aproximação com a sociedade mais abrangente, fora do movimento estudantil. Sem abandonar o trabalho com universitários e secundaristas, a AP pretendia lançar-se com prioridade à organização política de operários e camponeses. Entre esses últimos, conseguiu certa inserção, especialmente por meio da participação no Movimento de Educação de Base (MEB) da Igreja Católica”.³²

Os nossos entrevistados não eram favoráveis à luta armada que marcou a conjuntura do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, mas demonstraram sempre posição de respeito pelos que haviam feito tal opção. Eles, por sua vez, já haviam feito a opção por “organizar a população” através de assessoria e educação popular. Pelas entrevistas, vê-se que às vezes, na prática da assessoria militante, a fronteira entre o clandestino e o que não é parece tênue, e a consciência dos riscos marcaram as expectativas de atuação daqueles que realizavam um trabalho não clandestino como se clandestino fosse. A ligação com setores progressistas da Igreja deu-lhes acesso a infraestrutura e força institucional e a associação com seus agentes ampliou sua possibilidade de diálogo com grupos populares e de trabalhadores, em plena vigência de um dos períodos mais autoritários vividos no país.

Este tipo de militância e assessoria também produziu conhecimento e contou com uma colaboração de setores universitários dispostos a uma relação mais próxima às classes trabalhadoras. Diversas publicações se dedicaram a motivar debates sobre a conjuntura política e econômica, a apoiar iniciativas de

29 Ibidem, p. 416-17.

30 Ibidem, p. 412-13.

31 Ibidem, p. 416-417.

32 RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois*, op. cit., p. 249. Ver também GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

organização popular, a investir em práticas de educação popular e a se empenharam em registrar a visão daqueles grupos sociais que nunca tinham voz.

Esse movimento de aproximação manteve laços com um pensamento intelectual que no período se constituiu no espaço acadêmico, e que enfatizava a necessidade de buscar e valorizar novas formas de expressão dos trabalhadores, dos sindicatos e dos movimentos populares. Perruso mostra como isto se manifestou nos meios universitários através do “apoio político puro e simples, passando pela assessoria prestada na forma de “educação popular”, de “formação política” (que exigiam um conhecimento sociológico especializado a respeito da cultura, da política etc.) da classe trabalhadora e chegando a formatos sofisticados de pesquisa engajada: pesquisa participante, pesquisa-ação, entre outras”.³³

Ainda de acordo com Perruso, os militantes, assessores e intelectuais estudiosos dos movimentos sociais, em sua maioria, passaram a valorizar a diversidade oriunda das experiências “de baixo” e a advogar uma “compreensão densa” da sociedade brasileira a partir dos movimentos sociais, para priorizar a compreensão “por dentro” e às vezes “ao lado” da vida e das lutas dos trabalhadores, via estruturas sociais e intelectuais.³⁴

Segundo o mesmo autor, esse tipo de abordagem implicaria, no plano teórico, a recusa dos modelos classistas vigentes, de análises mais rígidas, ampliando o escopo analítico, que passaria a abarcar as articulações dos “de baixo”, cada vez mais, no sentido de movimentos “abertos” (e não de classes “de antemão” determinadas). Esses intelectuais militantes e assessores não se propoziam mais simplesmente a produzir teorias ou políticas “para os trabalhadores”. Era necessário produzi-las com os trabalhadores, concretamente, junto a seus movimentos. Essa “ida ao povo” movia-se por ideais de justiça social, socialismo, democracia. “E logrou respeitar a autonomia das experiências de lutas dos setores operários e populares no movimento sindical e nos movimentos sociais urbanos e em geral”.³⁵

A experiência de imersão dos agentes de classe média junto aos grupos populares, trabalhando para dar-lhes protagonismo político, exigiu, segundo nossos entrevistados, um exercício permanente de avaliação e reflexão sobre a prática de assessoria. Em alguns casos, a conjuntura de repressão obrigava a que o acompanhamento de iniciativas de organização popular se fizessem apenas através de cursos, palestras e pesquisas. Outras vezes o acompanhamento implicava o envolvimento do assessor nos impasses e conflitos dos grupos populares e na busca de soluções. Ramalho, ao refletir sobre a atuação de assessores que acompanhavam permanentemente organizações populares ligadas às igrejas, nesse período, observa que o assessor se via em “posição de coparticipante, corresponsável e agente no processo de encaminhamento e tomada de decisão”.³⁶

Os assessores não podiam ser ingênuos, e como percebe Perruso (2009:313 - 315), “eram cheios de nuances”; “tinham que se engajar junto aos setores populares

33 PERRUSO, op.cit., p. 20.

34 Ibidem, p. 68-69.

35 Ibidem, p. 124. Tomando como exemplo textos de Eder Sader & Maria Célia Paoli, Perruso demonstra a presença de uma crítica ao viés antidiversidade e pró-homogeneidade presente nas interpretações pré-70 sobre as classes populares, especialmente as populistas e marxistas ortodoxas, apontando a “tentativa fantástica de apagar a diversidade interna decorrente de diversas experiências vindas dos grupos sociais no espaço social brasileiro – experiências diversas de dominação, de práticas culturais e de processos de trabalho – em nome de uma homogeneidade que se torna, no pensamento, pré-condição para a participação social e política desses grupos”. Ibidem, p. 56.

36 RAMALHO, José Ricardo. Uma prática de assessoria à pastoral popular. In: PAIVA, Vanilda (org.) *Perspectiva e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 25.

em movimento, sem com eles se confundirem. Para tanto, tinham que operar sempre uma separação prévia. Tratava-se de uma relação entre mundos diferentes, o intelectual e o popular. Campos diferentes”. Mas o “trabalho de base” implica no mínimo demonstração de compromisso político, o que pode dar ao assessor maior possibilidade de interferir, em questões relativas aos interesses da outra classe.³⁷

Em suma, a militância política aliada ao trabalho de assessoria, que caracteriza o ativismo de nossos entrevistados, requer condições e disposições. Ela combina acesso a educação de qualidade, boa formação profissional e disposição para por os conhecimentos auferidos a serviço de setores populares; implica ter vivido e absorvido valores de ambientes familiares abertos politicamente e com preocupações com a situação dos “outros”; e ter desenvolvido uma perspectiva de transformação social, de rejeição ao modo capitalista de organização da sociedade. Requer ainda a disposição pessoal de enfrentar riscos, além de uma dose considerável de altruísmo e destemor, para dedicar-se politicamente aos trabalhadores. Supõe ter aprendido a fazer trabalho político de pouca visibilidade.

Conclusão

A iniciativa de apresentar, ainda que resumidamente, os atributos e trajetórias dos militantes assessores junta-se às muitas outras manifestações que se fazem atualmente para a recuperação de uma memória obstruída por versões oficiais conservadoras e omissas, veiculadas como verdadeiras e definitivas, por algumas instituições, entre as quais as Forças Armadas e certo tipo de imprensa que sempre apoiou a ditadura. O empenho de colocar na disputa pela memória a visão deles mesmos sobre sua inserção no contexto do período autoritário representa um esforço de ressaltar o valor daqueles que se constituíram em força de resistência e que mantiveram, mesmo com risco para sua segurança pessoal, o compromisso com o processo de abertura política e de transformação social. Revela um determinado perfil de militante disposto a colocar sua capacidade profissional a serviço da formação política e da produção de conhecimento, tendo como instrumento principal o trabalho de educação popular e assessoria aos trabalhadores, o que confere atributos inestimáveis a este e outros grupos de pessoas que, no Brasil, dedicaram suas vidas à causa da liberdade.

Destacamos nessas pessoas a grandeza política de conscientemente estarem “na retaguarda”, realizarem trabalho de longo prazo e, ao mesmo tempo, reconhecerem nos trabalhadores e nos desfavorecidos os verdadeiros sujeitos da história. Neste sentido, atribuímos aos representados pelo elenco de nossos entrevistados, um papel muito importante nos desdobramentos políticos pós-ditadura, mesmo porque muitos deles se mantiveram em cena, colocando a experiência acumulada a serviço da criação de novos caminhos nas tarefas de governabilidade, nas políticas partidária, sindical e dos movimentos sociais no campo e na cidade.

Recebido em: 22/02/2014

Aprovado em: 01/04/2014

37 PERRUSO, op.cit. p. 313-15.